

CASA DO PEQUENO CIDADÃO
NOSSA SENHORA APARECIDA
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

CASA DO PEQUENO CIDADÃO NOSSA SENHORA APARECIDA

Demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Índice

Relatório do Auditor Independente.....	1
Balanços patrimoniais.....	3
Demonstrações do resultado	4
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	5
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	6
Notas explicativas às demonstrações contábeis	7

Relatório do Auditor Independente

Aos Administradores da
Casa do Pequeno Cidadão Nossa Senhora Aparecida
São Paulo - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Casa do Pequeno Cidadão Nossa Senhora Aparecida (“Associação”) em 31 de dezembro de 2018 e 2017, que compreendem os balanços patrimoniais e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelo assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Casa do Pequeno Cidadão Nossa Senhora Aparecida em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e o superávit nesses exercícios, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e a Interpretação Técnica Geral nº 2002 (R1) – Associação sem Finalidade de Lucros.

Base para opinião com ressalva

A Associação não possui controles que relacionem detalhadamente e individualmente os itens integrantes ativo fixo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 conciliados com os registros contábeis. Dessa forma, não foi possível realizarmos procedimentos de auditoria para determinar se haveria necessidade de efetuar ajustes em relação aos saldos de ativo fixo registrados ou não registrados, assim como eventuais impactos nas depreciações e amortização reconhecidas nas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e a Interpretação Técnica Geral nº 2002 (R1) – Associação sem Finalidade de Lucros, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração do balanço patrimonial, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Relatório do Auditor Independente

Aos Administradores da
Casa do Pequeno Cidadão Nossa Senhora Aparecida
São Paulo - SP

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis da Associação, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 05 de dezembro de 2019.



Karin Monchak
Contadora - CRC-1PR26.371/O-9
MGI Assurance Auditores Independentes S/S
CRC-1PR007392/O-3

CASA DO PEQUENO CIDADÃO NOSSA SENHORA APARECIDA

Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	502.076,22	325.069,28
Outras contas a receber	48.139,31	40.810,38
	<u>550.215,53</u>	<u>365.879,66</u>
Não circulante		
Imobilizado (Nota 5)	1.448.946,23	1.256.112,32
Intangível	10.766,74	14.166,70
	<u>1.459.712,97</u>	<u>1.270.279,02</u>
Total do ativo	<u>2.009.928,50</u>	<u>1.636.158,68</u>
Passivo		
Circulante		
Salários e encargos sociais (Nota 6)	130.414,56	112.540,16
Obrigações tributárias	1.144,59	998,98
Outras contas a pagar	-	637,53
	<u>131.559,15</u>	<u>114.176,67</u>
Patrimônio líquido		
Patrimônio social	1.521.982,01	1.428.952,94
Superávit do exercício	356.387,34	93.029,07
	<u>1.878.369,35</u>	<u>1.521.982,01</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>2.009.928,50</u>	<u>1.636.158,68</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CASA DO PEQUENO CIDADÃO NOSSA SENHORA APARECIDA

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Sem restrição		
Receitas operacionais		
Atividades de assistência social (Nota 10)		
Receita de doações – PF	1.064.324,72	937.774,83
Receita de doações – PJ	283.390,52	136.691,76
Receita de isenção do INSS – Lei 12.101/09, art.29	169.015,21	158.891,89
Receita de crédito da NFP - SEFAZ	517.778,81	272.213,23
	<u>2.034.509,26</u>	<u>1.505.571,71</u>
Custos da atividade		
Assistência social (Nota 11 e 12)	<u>(169.439,07)</u>	<u>(148.406,86)</u>
Resultado bruto	<u>1.865.070,19</u>	<u>1.357.164,85</u>
Despesas operacionais (Nota 12)		
Salários e encargos sociais	(1.028.980,52)	(931.804,91)
Despesas administrativas	(354.992,02)	(215.572,13)
Depreciações e amortização	(120.465,33)	(117.058,20)
Tributárias	(8.399,08)	(9.323,67)
	<u>(1.512.836,95)</u>	<u>(1.273.758,91)</u>
Outras receitas operacionais (Nota 13)		
Receitas financeiras	22.771,80	24.367,14
Despesas financeiras	<u>(18.617,70)</u>	<u>(14.744,01)</u>
	<u>4.154,10</u>	<u>9.623,13</u>
Superávit do exercício	<u><u>356.387,34</u></u>	<u><u>93.029,07</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CASA DO PEQUENO CIDADÃO NOSSA SENHORA APARECIDA

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em reais)

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávit</u>	<u>Total</u>
Em 1º de janeiro de 2016 (não auditado)	1.428.952,94	-	1.428.952,94
Superávit do exercício	-	93.029,07	93.029,07
Em 31 de dezembro de 2017	1.428.952,94	93.029,07	1.521.982,01
Transferência do superávit de recursos sem restrição	93.029,07	(93.029,07)	-
Superávit do exercício	-	356.387,34	356.387,34
Em 31 de dezembro de 2018	1.521.982,01	356.387,34	1.878.369,35

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CASA DO PEQUENO CIDADÃO NOSSA SENHORA APARECIDA

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	356.387,34	93.029,07
Ajustes		
Depreciações e amortização	<u>120.465,33</u>	<u>117.058,20</u>
Superávit ajustado	476.852,67	210.087,27
Aumento/redução de ativos e passivos		
Contas a receber	-	100.000,00
Outras contas a receber	(7.328,93)	(33.692,96)
Salários e encargos sociais	17.874,40	2.647,52
Obrigações tributárias	145,61	9,97
Outras contas a pagar	<u>(637,53)</u>	<u>(778,76)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>486.906,22</u>	<u>278.273,04</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições do ativo imobilizado	<u>(309.899,28)</u>	<u>(188.899,94)</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	<u>(309.899,28)</u>	<u>(188.899,94)</u>
Variação de caixa e equivalentes de caixa	<u>177.006,94</u>	<u>89.373,10</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>325.069,28</u>	<u>235.696,18</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>502.076,22</u>	<u>325.069,28</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CASA DO PEQUENO CIDADÃO NOSSA SENHORA APARECIDA

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Associação “Casa do Pequeno Cidadão Nossa Senhora Aparecida” (Associação), foi fundada em 05 de dezembro de 2007, cuja sede está localizada na Rua Aliança Liberal, 84, Vila Leopoldina, São Paulo - SP, é uma sociedade civil com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter assistencial. Tem por objetivo dar proteção às crianças em regime excepcional, provisório ou transitório obedecendo ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Possui as aprovações CMDCA Nº 1343/2007, COMAS Nº 137, Declaração de Utilidade Pública e registro na SEDS.

A Associação tem por finalidade:

- Acolher crianças de 0 a 17 anos e onze meses, que perderam vínculos familiares, especialmente as órfãs de pai e/ou mãe;
- Proporcionar aos abrigados ensino, alimentação, assistência médica e odontológica, moral, material e religiosa; bem como frequência à escola, orientação profissional e todo o suporte que se fizer necessário ao crescimento pessoal dos atendidos no que tange à educação, honestidade, ocupação, religiosidade e cidadania;
- Acolher na forma de república de jovens de 18 a 21 anos em situação de vulnerabilidade social, econômica e familiar;
- Realizar atividades de assistência social e apoio a crianças e jovens e em situação de vulnerabilidade social e familiar.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela administração em 05 de dezembro de 2019.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e a Interpretação Técnica Geral nº 2002 (R1) – Associação sem Finalidade de Lucros, complementada pelo pronunciamento técnico NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade Para Pequenas e Médias Empresas.

3. Principais políticas e práticas contábeis

Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Associação e quando possa ser mensurada de forma confiável, com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, pelo regime de competência.

A subvenção governamental é recebida na forma de compensação por gastos ou perdas já incorridos ou para finalidade de dar suporte financeiro imediato à Associação sem qualquer despesa futura relacionada, e, conforme previsto na norma técnica NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, é reconhecida como receita no período em que se torna recebível.

As receitas de doações são compostas por:

- a) Doações de pessoas físicas e jurídicas;
- b) Programa Nota Fiscal Paulista, onde a Associação recebe créditos e bilhetes para concorrer aos sorteios a partir de:
 - a. Cupons fiscais relativos às suas aquisições próprias;

CASA DO PEQUENO CIDADÃO NOSSA SENHORA APARECIDA

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

- b. Doação de cupons fiscais sem CPF, realizada pelos próprios consumidores a favor da Associação, por meio do sistema da Nota Fiscal Paulista;
- c. Doação automática de cupons fiscais com CPF, cuja opção pode ser realizada pelo consumidor diretamente no sistema da Nota Fiscal Paulista.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

Despesas

As despesas abrangem todos os gastos incorridos direta ou indiretamente, na execução das atividades de assistência social, reconhecidos pelo regime de competência dos exercícios.

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras pós fixados resgatáveis a qualquer momento, com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor de mercado, que se equipara ao custo, acrescido dos rendimentos proporcionalmente auferidos até a data de encerramento do exercício.

Imobilizado e intangível

O ativo imobilizado e o intangível são registrados pelo custo de aquisição. A depreciação/amortização é calculada linearmente ao longo da vida útil do ativo às taxas anuais que levam em consideração a vida útil estimada dos ativos:

<u>Classe de imobilizado</u>	<u>Taxa anual de depreciação/amortização</u>
Terrenos	-
Benfeitorias em propriedade de terceiros	4%
Edificações	4%
Instalações	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Móveis e utensílios	10%
Veículos	20%
Computadores e periféricos	20%
Softwares	20%

Um item de imobilizado/intangível é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é

CASA DO PEQUENO CIDADÃO NOSSA SENHORA APARECIDA

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Tributação

- **Imunidade tributária**

A Associação é beneficiada com a imunidade tributária prevista na Constituição Federal, artigo 150, bem como atende aos requisitos do Código Tributário Nacional (Lei n.º 5.172/66) Art. 14, incisos I, II e III.

- **Isenção**

A Associação, por atender aos requisitos do Art. 29 da Lei 12.101/09, faz jus à isenção do pagamento da contribuição a cargo da Associação, destinada à Seguridade Social.

Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil NBC TG 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Conta corrente bancária	4.972,71	304.134,01
Aplicações financeiras	320.096,57	197.942,21
	<u>325.069,28</u>	<u>502.076,22</u>

As aplicações financeiras estão classificadas como mantidas para negociação e foram mensuradas pelo valor justo por meio do resultado. Essas aplicações, fundos de investimento em renda fixa, com rendimentos compatíveis com a variação do CDI.

5. Imobilizado

	<u>2018</u>			<u>2017</u>		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual
Terrenos	312.000,00	-	312.000,00	312.000,00	-	312.000,00
Edificações	1.353.047,97	(424.114,03)	928.933,94	1.049.987,97	(373.664,90)	676.323,07
Máquinas e equipamentos	127.205,89	(94.850,75)	32.355,14	127.205,89	(82.130,15)	45.075,74
Móveis e utensílios	176.301,86	(128.150,26)	48.151,60	169.462,58	(111.906,87)	57.555,71
Veículos	284.880,24	(157.374,69)	127.505,55	284.880,24	(119.722,44)	165.157,80
Equipamentos de informática	107.302,99	(107.302,99)	-	107.302,99	(107.302,99)	-
	<u>2.050.839,67</u>	<u>(911.792,72)</u>	<u>1.448.946,23</u>	<u>2.360.738,95</u>	<u>(794.727,35)</u>	<u>1.256.112,32</u>

CASA DO PEQUENO CIDADÃO NOSSA SENHORA APARECIDA

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Obrigações trabalhistas e encargos sociais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Provisão para férias	65.358,98	61.358,98
Salários a pagar	47.350,99	38.317,00
FGTS a recolher	6.995,15	5.924,53
INSS a recolher	6.645,80	4.849,47
Demais encargos sociais	3.945,87	2.090,18
	<u>130.414,56</u>	<u>112.540,16</u>

Os dirigentes estatutários, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores não recebem remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos atos constitutivos da Associação.

10. Receita operacional

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Atividades de assistência social		
Receita de doações – PF	1.064.324,72	937.774,83
Receita de doações – PJ	283.390,52	136.691,76
Receita de isenção do INSS – Lei 12.101/09, art.29	169.015,21	158.891,89
Receita de crédito da NFP - SEFAZ	517.778,81	272.213,23
	<u>2.034.509,26</u>	<u>1.505.571,71</u>

11. Custos da atividade de assistência social

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Assistência médica e medicamentos	88.894,95	93.676,67
Instrução	44.889,06	19.285,48
Alimentação	17.110,66	22.887,73
Transporte	10.437,70	7.636,23
Outros custos	8.106,70	4.920,75
	<u>169.439,07</u>	<u>148.406,86</u>

12. Despesa por função e natureza

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Despesa por função:		
Despesas operacionais	1.512.836,95	1.273.758,91
Custos da atividade de assistência social	169.439,07	148.406,86
	<u>1.682.276,02</u>	<u>1.422.165,77</u>

CASA DO PEQUENO CIDADÃO NOSSA SENHORA APARECIDA

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Despesa por natureza:		
Despesas com salários	784.139,48	712.773,84
Despesas com encargos sociais	244.841,04	219.031,07
Manutenção e conservação	178.423,25	146.970,24
Despesas com assistência social	169.439,07	148.406,86
Depreciações e amortização	120.465,33	117.058,20
Serviços de terceiros	40.405,67	21.925,82
Aluguéis	23.000,00	10.000,00
Despesas tributárias	8.399,08	9.323,67
Demais despesas administrativas	113.163,11	36.676,07
	<u>1.682.276,02</u>	<u>1.422.165,77</u>
13. Outras receitas operacionais		
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	22.771,80	23.367,14
Descontos obtidos	-	1.000,00
	<u>22.771,80</u>	<u>24.367,14</u>
Despesas financeiras		
Despesas de cobrança	(9.493,37)	(11.794,43)
Despesas bancárias	(9.116,91)	(2.885,84)
Outras despesas financeiras	(7,42)	(63,74)
	<u>(18.617,70)</u>	<u>(14.744,01)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>4.154,10</u>	<u>9.623,13</u>

14. Eventos subsequentes

Em outubro de 2019, a Associação contratou a empresa especializada Setape Engenharia de Avaliações para realização do inventário físico, atribuição de valores e vida estimada de uso dos bens do ativo fixo. Os ajustes decorrentes dos procedimentos efetuados serão refletidos nas demonstrações contábeis do exercício a findar em 31 de dezembro de 2019.
